

Capítulo 34 - DOI:10.55232/1082022.34

**AS PRIMEIRAS MULHERES “PIONEIRAS” SE FORMAM
NA ESCOLA NAVAL BRASILEIRA: ADEUS MINHA
ESCOLA QUERIDA!**

Hercules Guimarães Honorato

RESUMO: A Escola Naval (EN) recebeu em 2014 a primeira turma de aspirantes mulheres em seu curso de graduação. As “pioneiras”, como foram denominadas, significavam à época apenas 1,5% do total do corpo discente, um coletivo que desconhecia, como companheiros de farda, a figura feminina. O objetivo deste estudo foi identificar as dificuldades enfrentadas pelas primeiras aspirantes em sua inclusão, sua integração e seu desenvolvimento como mulheres e militares no decorrer dos quatro anos vividos na EN. A abordagem desta investigação é de cunho qualitativo, tendo como metodologia principal um questionário com perguntas abertas e fechadas para as doze aspirantes. As instituições de formação superior militar desejam que as suas cadetes/aspirantes conheçam as representações sociais e militares, descubram sua vocação, apreendam o estilo de vida da tropa e os valores militares. Além disso, aspira-se a que se conscientizem sobre os comportamentos desejáveis que deverão seguir na profissão castrense, de dedicação à Força e à Pátria, sem se esquecerem de que são mulheres e cidadãs, integrantes da sociedade brasileira. Apesar de toda a dificuldade que travaram diariamente para vencer as batalhas do cotidiano, as pioneiras têm uma carreira que enche de orgulho os seus corações, que amplia o patriotismo, que ensina respeito mútuo e hierarquia, e que valores como companheirismo, cordialidade e lealdade sempre serão cultivados. Ao final, ficou evidenciado, nas respostas ao questionário, que elas estão se preparando para dar continuidade à carreira militar, porém, com a certeza de que ainda há desafios pela frente e que, mostrando a capacidade intelectual, física e profissional que possuem, conquistarão um espaço maior no meio militar. As doze aspirantes mulheres se formaram em dezembro de 2017. Podemos afirmar, portanto, que este foi o reconhecimento da Marinha por quatro anos dedicados à construção do ser marinheiro, independentemente do seu gênero.

Palavras-chave: Escola Naval brasileira, Ensino superior militar, Inclusão de gênero.

INTRODUÇÃO

“Adeus, minha Escola querida Adeus, vou à Pátria servir; Adeus, camaradas gentis, adeus, adeus, Adeus, eu vou partir, eu vou partir. [...]”. (Letra e música do Aspirante Luiz F. de Magalhães).

A Marinha do Brasil (MB) foi a pioneira na admissão de mulheres em seus quadros em 1980, como apresentado na Revista Manchete da Figura 1, cujo objetivo principal era a necessidade de liberar o militar operativo para as “atividades relacionadas diretamente com a preparação e o emprego do Poder Naval” (MENDES, 2010, p. 1). Ao longo dos anos, acompanhamos uma evolução com cessão de novas oportunidades no quadro do Corpo Feminino nas Forças Armadas brasileiras, que, seguindo a experiência positiva da Marinha, incorporaram mulheres em suas fileiras: a Aeronáutica em 1982 e o Exército em 1992. Cada uma das Forças Armadas foi ampliando o percentual feminino efetivo conforme suas necessidades e experiências com o trabalho durante esses mais de 40 anos.

Figura 1 – Marinha do Brasil: a vez das mulheres



Fonte: Revista Manchete nº 1488 (1980).

Seguindo na vanguarda, a MB brilhou no contexto histórico da inclusão de gênero quando, em 2012, promoveu a Dra. Dalva Maria Carvalho Mendes ao posto de Contra-almirante, sendo a primeira mulher a atingir o mais alto cargo da profissão militar. Nesse caminho, podemos destacar que a construção da identidade do militar sempre esteve associada à figura do homem, seja na Marinha, no Exército ou na Força Aérea, o que se tornou, antropológica e socialmente, uma construção histórica de conquistas vitoriosas e recuos

sentidos, tendo um grande desafio, que era a entrada das mulheres em um mundo até então exclusivamente masculino.

Em 2014, a Escola Naval (EN) recebeu a primeira turma de Aspirantes do sexo feminino em seu curso de graduação. Futuramente, atuariam na área de apoio como Oficiais do Corpo de Intendentes da Marinha (CIM). As “pioneiras”, como foram denominadas, significavam à época apenas 1,5% do total do corpo discente, um coletivo que desconhecia, como companheiros de farda, a figura feminina, e que, a partir daquele ano, estaria lado a lado nas ordens-unidas, nas formaturas, nas salas de aula, nas atividades esportivas, em síntese, no dia a dia da caserna.

A EN possuía, em 2017, Aspirantes mulheres em todos os quatro anos da graduação, em um total de 46, sendo 12 no último ano, o foco de nosso estudo, 10 no terceiro, 11 no segundo e 13 no primeiro. Podemos verificar que nem todas conseguiram o sucesso de ultrapassar as barreiras de uma formação rígida acadêmica e de limites inerentes as atividades de educação física, mas continuam com o sonho de saírem oficiais da Marinha do Brasil, bacharéis em “Ciências Navais”.

Assim exposto, o objetivo deste estudo é identificar as dificuldades enfrentadas pelas primeiras Aspirantes em sua inclusão, sua integração e seu desenvolvimento no decorrer dos quatro anos vividos na EN. A abordagem desta investigação é de cunho qualitativa, tendo como metodologia principal um questionário com perguntas abertas e fechadas para as doze Aspirantes. A questão que norteou este estudo foi: como se desenvolveram como militares e mulheres durante a graduação na EN em um espaço predominantemente masculino?

A MULHER NAS FORÇAS ARMADAS VIA FORMAÇÃO SUPERIOR

O trabalho feminino teve o seu ponto de ruptura, no que tange ao reconhecimento da sociedade como força de trabalho, durante a Revolução Industrial. Os novos fatores introduzidos pela industrialização afetaram a força de trabalho de ambos os sexos. “A mulher, antes considerada mais fraca para o trabalho braçal, poderia contar com instrumentos que fariam a produção depender menos de força física.” (SOUTO MAIOR, 2008 *apud* TREVISIO, 2008, p. 23). A busca pela igualdade de gênero no mercado de trabalho é alvo de discussões desde a inserção da mulher na esfera trabalhista, principalmente, no que tange a assuntos em que sua colocação irá lhe exigir maiores condições físicas, como é o caso da carreira militar.

Toda essa evolução e os movimentos para equalização de oportunidades entre homens e mulheres não poderiam deixar o trabalho nas Forças Armadas fora deste processo, pois enquanto as mulheres estiverem excluídas deste círculo restrito, a instituição não desenvolverá todo o seu potencial. Em um estudo realizado pelo Instituto Igarapé¹, alguns mitos sobre a entrada de mulheres nas Forças Armadas do Brasil foram quebrados, como aquele que afirma que a presença de mulheres afeta a moral e a coesão das tropas, ao contrário, estudos demonstram que a integração melhora a moral e o profissionalismo dos combatentes.

Como Força Armada brasileira, a Marinha destacou-se como pioneira ao admitir mulheres em seu quadro no ano de 1980, como já comentado. O quadro 1 a seguir apresenta a evolução da incorporação de mulheres militares explicitando as principais formas de ingresso do Corpo Feminino, que representaram marcos históricos e legais, e seus respectivos anos de admissão, bem como os quadros e corpos que foram constituindo ao longo de suas carreiras militares.

Quadro 1 – Admissão das Mulheres nas três Forças Armadas

| | | | |
|------------------------|---|--|---|
| ANO DE ADMISSÃO | 1980 | 1982 | 1992 |
| QUADRO / CORPO | Corpo Auxiliar Feminino da Reserva | Corpo Feminino da Reserva | Quadro Complementar de Oficiais |
| MARCO LEGAL | Lei nº 6.807, de 1980 | Lei nº 6.924, de 1981 | Lei nº 7.831, de 1989 |
| ANO DE ADMISSÃO | 2014 | 1995 | 2017 |
| QUADRO / CORPO | Aspirantes da Escola Naval Intendência | Cadetes da Academia da Força Aérea Intendência | Cadetes da Escola Preparatória de Cadetes do Exército |
| MARCO LEGAL | Lei nº 12.704, de 2012 | Aviso ministerial nº 006/GM3/024, de 1995 | Lei nº 12.705, de 2012 |
| ANO DE ADMISSÃO | 2019 | 2003 | 2018 |
| QUADRO / CORPO | Aspirantes da Escola Naval Armada e Fuzileiros Navais | Cadetes da Academia da Força Aérea Pilotos | Cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras |
| MARCO LEGAL | Memorando ET-2017/03-01142 de 10/04/17 | Portaria nº 556T/GC3, de 2002 | Lei nº 12.705, de 2012 |

Fonte: Ministério da Defesa.

¹ Situado na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. Disponível em: <https://igarape.org.br/sobre/sobre-o-igarape/>. Acesso em: 06 out. 2021.

Atualmente, as mulheres em formação superior militar participam das academias militares congêneres. A Aeronáutica foi a pioneira na inserção de mulheres nas suas fileiras da Academia da Força Aérea (AFA), admitindo, em 1995, para o Quadro de Intendentes, e oito anos depois, em 2003, também foi aberto a elas o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. A Marinha foi a Força Armada sucessora, que incorporou, em 2014, ao seu Corpo de Intendentes da Marinha da EN doze mulheres. Por fim, quarenta jovens se apresentaram na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (ESPCEX), em Campinas/SP, e estarão formando fileiras na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), a partir de 2018, podendo se incorporar ao quadro de Material Bélico ou ao serviço de Intendentes.

O ingresso da mulher na carreira militar, portanto, simboliza um grande avanço na busca pela igualdade de gênero, sendo então um “[...] marco nacional, com importantes repercussões e reflexos, não apenas no âmbito das Forças Armadas, mas na sociedade brasileira de modo geral” (ANDRADA; PERES, 2012, p. 54), abrindo desta maneira novas expectativas profissionais para a esfera militar e evidenciando a grande importância da integração entre homens e mulheres.

AS PRIMEIRAS “SENTINELAS DOS MARES”

Com o advento da entrada das primeiras Aspirantes mulheres, a EN passou a contar com a presença de três oficiais que foram nomeadas e designadas para enfrentarem esse novo desafio. A primeira a integrar essa equipe foi uma pedagoga e, posteriormente, uma intendente da Marinha e uma psicóloga. O que também se tornou um fato precursor foram as presenças dessas mulheres militares compondo o quadro de oficiais do setor do Comandante do Corpo de Aspirantes. Vale ressaltar ainda que essa quebra de paradigma foi importante para que se começasse a imbuir uma nova conduta aos oficiais e alunos que já pertenciam à Escola, fazendo com que todos, corpos docente e discente, se familiarizassem com a presença de companheiras femininas a partir daquele momento.

Foi no dia 12 de janeiro de 2014 que as “pioneiras” chegaram à Ilha de Villegagnon, para se apresentarem e iniciarem o período de adaptação, momento em que, pela primeira vez, haveria o contato entre homens e mulheres que estavam ali com o mesmo propósito, tornarem-se Aspirantes. O período em questão é o momento em que ocorre a transição da vida civil para a vida militar, é a fase em que aprendem sobre as regras e os atributos basilares da formação militar-naval, a hierarquia e a disciplina. No Estágio de Adaptação, segundo Honorato e Rabello

(2014, p. 11), “[...] os novatos não têm tempo nem para pensar, com todos os momentos ocupados por algumas atividades, desde físicas, militares e até burocráticas”.

Ao passarem por essas semanas de árduo treinamento e aprendizado, puderam conquistar suas platinas e galgar ao posto de Aspirantes da Marinha. Porém, ainda era o começo de um grande caminhar com muitos óbices, que foram vencidos um a um. A integração entre os gêneros dentro da turma fora iniciada na adaptação; no entanto, ainda seria algo fomentado dentro do Corpo de Aspirantes por mais quatro anos.

As Aspirantes participaram ativamente de vários setores da EN. No esporte, destacam-se por estarem frequentemente no pódio nas competições; no acadêmico, algumas compõem o quadro de monitoras de disciplinas; no setor sociocultural, fazem parte de alguns cargos da Sociedade Acadêmica Phoenix Naval (SAPN)² e estão sempre envolvidas na elaboração dos eventos; entre outras atividades. Ademais, é importante informar que 5 (cinco) delas participaram como adaptadoras, seja como auxiliares ou encarregadas, nos diversos setores da adaptação, em 2016 e 2017, onde conseguiram demonstrar a liderança que possuem, transformando homens e mulheres civis em futuros militares.

A Capitã de Corveta (IM) Geórgia Rita Macieira Ramos Nizer, uma das primeiras oficiais que integraram a oficialidade do Corpo de Aspirantes para auxiliar na integração e desenvolvimento das Aspirantes, relatou que: *“As 12 Aspirantes, conseguiram durante esses anos angariar lugares que não imaginávamos, elas sem dúvidas ultrapassaram as expectativas que as depositamos. Mas, cabe a mim também salientar que ainda há inúmeros espaços na Escola Naval que próximas Aspirantes das turmas subsequentes podem conquistar, e mostrar cada vez mais a capacidade que a Mulher Militar tem de exercer as mesmas funções que os homens”*.

ANÁLISES E DISCUSSÃO

Esta pesquisa teve como principal instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas às 12 Aspirantes, com o objetivo de compreender como foi o processo de integração entre os gêneros. A fim de preservar a identidade das respondentes quando suas respostas forem mencionadas, elas foram denominadas pelo código alfanumérico “Asp.1” a “Asp.12”, escolhidas aleatoriamente, sem nenhum critério de ordem.

² SAPN – Grêmio cultural presidido e coordenados pelos Aspirantes.

Na pergunta que tratava de conhecer qual a grande dificuldade enfrentada durante os quatro anos de graduação militar em relação à integração com os colegas de gênero masculino da sua própria turma, a resposta foi unânime: a diferença imposta pela própria organização. As seguintes respostas podem ratificar: *“normas diferentes impostas, como não poder circular nos corredores dos camarotes e diferença nos serviços por sermos mulheres”* (Asp.12); *“das diferenças, principalmente nos primeiros anos, quando cursamos disciplinas distintas dos demais, ou pelo fato de termos deixado de cursar certos assuntos”* (Asp.4). Além disso, acrescentando a essa questão, a Asp.8 contribuiu com outro ponto de vista: *“A desconfiança quanto à nos- sa competência e capacidade de cumprir todas as atividades necessárias aqui. Quebrar essa situação inicial demandou certo tempo e nos manteve ‘distantes’ da turma por um tempo”*.

Como as novas Aspirantes representavam um ineditismo na formação superior militar da MB, a presença delas no início incomodava sobremaneira os homens, pois acreditavam que elas possuíam privilégios: *“o fato de ‘levarmos vantagens’ se torna uma desculpa constante quando conquistamos algo por mérito e esforço próprio”* (Asp.4); *“ainda existem alguns que acham que somos muito privilegiadas”* (Asp.9).

Um ponto relevante levantado no desvelar da questão 2 foi o fato de que todas acreditavam que esses inconvenientes ao longo do curso, apesar de não terem sido extintos, foram atenuados. A Asp. 12 assevera que *“aos poucos conseguimos quebrar as barreiras iniciais e fazê-los entender que não queremos ser tratadas de forma diferente, mas nos misturar a eles”*, o que foi ratificado pela Asp.10, *“essa dificuldade persistiu, mas aos poucos foi diminuindo, devido ao tempo de convívio que fortaleceu os laços de fraternidade”*.

Uma pergunta avaliou como está sendo, hoje, a relação delas com o universo masculino, tanto com os Aspirantes quanto com os Oficiais na caserna, depois de quatro anos de relacionamento. Um revelaram estarem tranquila, outras de muito profissionalismo, ou mesmo normal; *“a convivência se dá com muita fluidez se comparado ao início, vejo que somos mais, de certa forma, ‘aceitas’ e estamos melhor inseridas”* (Asp.1). O que chamou a atenção, porém, foi a observação exposta no que se refere ao relacionamento com os Oficiais: *“alguns Oficiais recém-embarcados na EN possuem uma dificuldade em lidar com a presença das Aspirantes femininas”* (Asp. 4).

Por serem minoria, diversas vezes ficavam em situação de destaque, sendo a todo instante vigiadas, fato este que levou a indagá-las sobre a possível existência da diferença no

tratamento entre elas e os Aspirantes masculinos. A Asp.6 diz que *“é perceptível que o Oficial masculino muda de certa forma seu comportamento quando está falando com Aspirante do sexo feminino”*. A Asp.7 revela que ocorreram casos pontuais de discrepâncias no tratamento, mas que em geral é de modo análogo.

A última questão retratada nesta análise tem o intuito de saber quais serão os maiores desafios das futuras Tenentes Intendentes após sua graduação. A maioria posiciona a conciliação entre a família e o trabalho, mas houve também duas respostas interessantes – a primeira é da Asp.6: *“manter o respeito pelo meu trabalho e profissão não por ser mulher, mas por dar o meu melhor e fazer tudo de forma correta”*; a segunda, da Asp.11, expõe que o maior desafio será *“lidar com os mais modernos, tendo em vista que a cultura do País ainda não se adaptou ao fato de ver mulher em posição de liderança”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um aumento da participação das mulheres em diversas ocupações profissionais, até pouco tempo notadamente masculinas. A mudança estrutural nas relações entre gêneros evoluiu consideravelmente nos últimos anos e, como somos frutos de uma construção social histórica, uma vez abertas as oportunidades, as mulheres estão demonstrando seu valor e sua capacidade de decisão e liderança.

A história das mulheres nas academias militares começou com a AFA, em 1996, e agora termina o ciclo de conquistas com a entrada de quarenta jovens brasileiras na graduação do Exército. A mulher, independentemente do seu ambiente de trabalho, é um ser à procura de deixar de ser apenas o Outro, procurando ser realmente o Sujeito, ativo e igual em todos os aspectos e atividades de nossa vida em sociedade.

As instituições de formação superior militar desejam que as suas Cadetes/Aspirantes conheçam as representações sociais e militares, descubram sua vocação, apreendam o estilo de vida da tropa e os valores militares. Além disso, aspiram-se a que se conscientizem sobre os comportamentos desejáveis que deverão seguir na profissão castrense, de dedicação à Força e à Pátria, sem se esquecerem de que são mulheres e cidadãs, integrantes ativas de uma sociedade que busca respaldo para um País forte e desenvolvido.

Tudo o que foi exposto em curtas pinceladas mostra o caminho pelo qual as “pioneiras” conseguiram estabelecer no Corpo de Aspirantes, evidenciando que é possível fazer com êxito as mesmas atividades, antes executadas exclusivamente pelos Aspirantes masculinos.

Enfatizamos que, apesar de toda a dificuldade e da luta que travaram diariamente para vencer as batalhas do cotidiano, as Aspirantes pioneiras têm uma carreira que enche de orgulho os seus corações, que amplia o patriotismo, que ensina respeito mútuo e à hierarquia, e em que valores como companheirismo, cordialidade, lealdade serão sempre cultuados.

Ao final, o que ficou evidenciado nas respostas ao instrumento de coleta de dados foi que elas estão se preparando para dar continuidade à carreira militar, porém, com a certeza de que ainda há desafios pela frente e que, mostrando a capacidade intelectual, física e profissional que possuem, conquistarão cada vez mais um espaço maior no meio militar.

Em dezembro 2017, ano da formatura da Turma “Alte Gastão Motta” e como mostrado na Figura 2, podemos afirmar que este momento significa o reconhecimento da Marinha do Brasil por quatro anos dedicados a construção do ser marinheiro, independente do seu gênero. Assim, como bem escrito no hino da epígrafe introdutória, poderão cantar a plenos pulmões e com lágrimas nos olhos: *“Adeus, minha Escola querida, Adeus, vou à Pátria servir, Adeus, camaradas gentis, adeus, adeus, Adeus, eu vou partir, eu vou partir. [...]”*.

Figura 2 – Formatura das 12 “Pioneiras”, dezembro de 2017



Fonte: Escola Naval.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, S. A. de; PERES, H. M. **Mulheres a bordo:** 30 anos da mulher militar na

Marinha do Brasil. Rio de Janeiro: Hmperes&Associados, 2012.

HONORATO, H. G.; RABELLO, D. de A. As primeiras aspirantes da Escola Naval: inclusão, trajetórias iniciais e boas-vindas às novas “sentinelas dos mares”. **Revista de Villegagnon**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 9, p. 6-15, 2014.

MENDES, L. C. K. B. **Subsídios sobre a presença da mulher na MB**. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2010.

TREVISO, M. A. M. A discriminação de gênero e a proteção à mulher. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 47, n. 77, p. 21-30, jun. 2008.